



# Demonstrações Financeiras Intermediárias

---

Azul Companhia de  
Seguros Gerais

30 de Junho de 2025

---

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

---

### Senhores acionistas e demais interessados,

Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Azul Companhia de Seguros Gerais e as correspondentes demonstrações financeiras intermediárias, juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao período de 30 de junho de 2025.

---

## NOSSO DESEMPENHO

---

- **Prêmios emitidos**

Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram no período R\$ 467,0 milhões, com uma diminuição de R\$ 2.019,4 milhões, 81,2% em relação ao período do ano anterior.

A redução das emissões está relacionada à continuidade do projeto de reorganização societária do Grupo Porto, com foco na concentração de negócios similares em verticais. Como parte desse processo, a Companhia deu início, em 2025, à emissão de novas apólices de seguros de automóveis, bem como a renovação de apólices existentes da marca Azul, para sua controladora, a Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais.

O objetivo dessas migrações é gerar sinergias operacionais e tecnológicas, preservando, contudo, a marca Azul.

- **Despesas administrativas**

No período, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 8,5%, com uma diminuição de (0,6) p.p. em relação ao período do ano anterior.

- **Resultado financeiro**

O resultado financeiro no período totalizou R\$ 83,8 milhões, um aumento de R\$ 21,4 milhões, 34,4% em relação ao período ano anterior.

- **Índice combinado**

O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais sobre prêmios ganhos) no período foi de 95,2%, apresentando um aumento de 0,6 p.p. em relação ao período anterior. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2025 foi de 91,2%, uma diminuição de 1,1 p.p. em relação ao período ano anterior.

- **Resultado por ação**

O resultado no período foi de R\$ 102,7 milhões, uma diminuição de R\$ 10,8 milhões em relação ao período do ano anterior. O resultado por ação foi de R\$ 49,34 em 2025, uma redução comparada ao período do ano anterior que foi R\$ 51,59.

- **Declaração de capacidade financeira**

Em atendimento à Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores, a Companhia declara deter, na categoria "Custo amortizado", títulos e valores e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais de cada título.

---

## **RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL**

---

### **Ambiental, social e governança (ASG) nos negócios**

#### **Nova Estratégia de Sustentabilidade: Regenera**

Lançamos a Regenera, a nova estratégia de sustentabilidade do Grupo Porto, marcando o início de um novo capítulo em nossa trajetória. A estratégia está estruturada em quatro pilares e contempla metas públicas e de longo prazo, com horizonte até 2030.

#### **1. Valorização do Capital Humano e Impacto Social**

Metas:

- Investir R\$ 40 milhões em projetos sociais, culturais e de fomento ao esporte;
- Alcançar 50% de mulheres em cargos de liderança;
- Alcançar 30% de pessoas negras em cargos de liderança.

#### **2. Estratégia Climática e Circularidade**

Metas:

- Reduzir em 40% as emissões absolutas de Gases de Efeito Estufa (GEE) dos Escopos 1 e 2, tendo 2023 como ano-base.
- Abastecer 100% da operação direta\* com energia renovável (\*por meio de autogeração e aquisição de certificados de energia renovável).
- Dobrar a reciclagem de veículos até 2030, com 2023 como referência.

#### **3. Produtos e Soluções Sustentáveis**

Meta:

- Comercializar R\$ 13 bilhões em produtos com impacto socioambiental positivo.

#### **4. Engajamento da Cadeia de Valor**

Metas:

- Obter o Selo Pró-Ética em três empresas do Grupo.
- Monitorar 100% dos fornecedores e parceiros de negócios com base em critérios ASG.

A construção dessa estratégia foi pautada pela escuta ativa de "stakeholders", por uma análise de materialidade e pelo alinhamento das metas sustentáveis com as diretrizes e planejamento estratégico para o ciclo 2025–2030.

Guiada para “Cuidar do presente para regenerar o futuro”, Regenera nasce com o compromisso de reequilibrar, restaurar e transformar — indo além da preservação.

A implementação será conduzida em todas as operações do Grupo Porto, no Brasil e no Uruguai, com um plano contínuo de mobilização de colaboradores, parceiros e corretores. O objetivo é consolidar uma cultura organizacional orientada à responsabilidade e à regeneração, reconhecendo a urgência dos desafios atuais e atuando com consciência e compromisso em prol do futuro de impacto positivo e inclusivo.

---

### **AMBIENTE ECONÔMICO**

---

O ambiente econômico no início do terceiro trimestre mostra os efeitos da política comercial difusa dos EUA. A isto se soma um ambiente doméstico de desempenho ainda sustentado do PIB. A inflação elevada deverá ser atenuada à frente por conta da forte apreciação cambial deste ano, enquanto a incerteza fiscal manterá as expectativas de inflação acima da meta.

Antevemos reduções da taxa Selic a partir do primeiro trimestre de 2026, mas a ausência de forte desaceleração da atividade doméstica e manutenção das expectativas desancoradas limitam a magnitude do ciclo de corte.

Nos EUA, a Guerra Comercial e a política fiscal do novo governo são os principais determinantes da política econômica. O nível final das tarifas de importação, bem como quais parceiros comerciais serão os mais impactados está em aberto.

O segundo trimestre deixou clara a natureza pendular das negociações. Ainda assim, o nível médio das tarifas ficará substancialmente acima dos 2,5% observados em 2024, implicando em redistribuição de custos ao longo da cadeia de produção e consumo dos bens importados.

Há dúvidas consideráveis sobre como esta alteração de custos impactará o equilíbrio geral nos EUA. Por um lado, espera-se atividade mais fraca, o que parece referendado pelo menor ritmo de criação de vagas no setor privado de serviços. Por outro, a elevação de preços importados não significa imediatamente pressão inflacionária. Os índices de preços ao consumidor divulgados durante o segundo trimestre falharam em mostrar aceleração da inflação.

Nota-se que o diagnóstico não é de recessão, mas ainda assim o ambiente de menos crescimento e inflação permitirá ajuste gradual da taxa de política monetária norte-americana. Esta avaliação será testada caso (i) observe-se forte contração da atividade; (ii) a inflação acelere ou (iii) o ambiente fiscal desafiador se reflita em elevação dos prêmios de risco e impeçam cortes do FED.

A conjuntura doméstica mostra lenta desaceleração em algumas aberturas da atividade econômica, enquanto mercado de trabalho e renda seguem notadamente aquecidos.

Há forças conflitantes atuando sobre a atividade econômica no segundo semestre. Enquanto a política monetária restringe a demanda, a execução fiscal poderá impulsioná-la. O bom desempenho da atividade no começo do ano, junto ao comportamento dos indicadores de alta frequência sugerem crescimento do PIB de 2,5% em 2025.

Com PIB forte e mercado de trabalho aquecido, a inflação mais sensível ao ciclo segue pressionada. No entanto, a combinação de dólar global fraco (e consequente apreciação do BRL) junto a preços de commodities mais baixos beneficia a inflação dos itens comercializáveis do IPCA. Assim, a trajetória esperada da inflação para 2026 torna-se mais benigna e permitirá que o Banco Central reduza a taxa Selic a partir do primeiro trimestre do ano que vem.

Isto ocorre a despeito da posição fiscal delicada da economia brasileira. A trajetória projetada da dívida está em ascensão, com resultado nominal negativo e elevado juro pago sobre a dívida pública. Este tema terá de ser equacionado na segunda metade da década e possivelmente ajuda a manter as expectativas de inflação pressionadas.

Um fator relevante de volatilidade e incerteza é a evolução da relação comercial bilateral entre EUA e Brasil. Dada a característica de nossa pauta de exportação para os EUA e o peso relativamente pequeno das exportações no PIB, o acirramento da relação tende a ter impacto baixo a moderado na atividade. O efeito maior pode ser registrado no prêmio de risco doméstico e no câmbio, revertendo o benefício do dólar fraco sobre a inflação registrado até o momento.

Nota-se ainda que eventual retaliação e/ou escalada do conflito comercial levaria a um efeito relevantemente negativo para a atividade e alto para a inflação (dada a nossa pauta de importação).

Os principais riscos para a economia doméstica são: (i) rápida deterioração na atividade; (ii) piora na trajetória fiscal; (iii) deterioração comercial que impacte o prêmio de risco; (iv) fortalecimento do dólar global.

Dado o cenário prospectivo, o ambiente fiscal desafiador, as expectativas de inflação e os principais riscos para a economia doméstica, há um limitador para a magnitude do ciclo de queda da taxa Selic, que deverá permanecer acima do consistente com seu patamar nominal neutro.

---

## **AGRADECIMENTOS**

---

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 12 de agosto de 2025.

**À Administração.**

---

**DIRETORIA**

---

José Rivaldo Leite da Silva

Patrícia Chacon Jimenez

Celso Damadi

Luiz Augusto de Medeiros Arruda

Jaime Soares Batista

Rafael Veneziani Kozma

Adriana Pereira Carvalho Simões

Diretor Presidente

COO (Chief Operating Officer) – Seguros

Diretor Vice-Presidente – Financeiro, Controladoria e Investimentos

Diretor Vice-Presidente – Comercial, Marketing, Clientes e Dados

Diretor de Produto - Automóvel

Diretor de Controladoria

Diretora Jurídica e Riscos

Daniele Gomes Yoshida  
Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

Mariana Luccas Mendes  
Atuária - MIBA nº 2471



Shape the future  
with confidence

São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909  
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição  
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil  
Tel: +55 11 2573-3000  
ey.com.br

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos  
Diretores, Conselheiros e Acionistas da  
**Azul Companhia de Seguros Gerais**  
Rio de Janeiro - RJ

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da **Azul Companhia de Seguros Gerais** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase - Reorganização societária

Chamamos atenção para a nota explicativa 2.2. às demonstrações financeiras intermediárias, que descreve os efeitos do processo de reorganização societária do Grupo. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2025, a Companhia diminuiu significativamente suas emissões de apólices, com foco na concentração de negócios similares em verticais, repassando novas emissões e renovações de apólices existentes para a controladora. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



**Shape the future  
with confidence**

### Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de seguros

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.12 e 19, em 30 de junho de 2025, a Companhia, registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros no montante de R\$ 1.289.952 mil. (bruto de resseguro) Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da Diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros.

Adicionalmente, a Diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo (“TAP”) com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa nº 3.12.2. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela Diretoria na constituição de suas provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos.

#### *Como nossa auditoria conduziu esse assunto*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela Diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras intermediárias.

### Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, conseqüentemente, elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança.

Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.



**Shape the future  
with confidence**

*Como nossa auditoria conduziu esse assunto:*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras intermediárias, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório do auditor**

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias**

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.



**Shape the future  
with confidence**

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras intermediárias. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras intermediárias (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras intermediárias com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras intermediárias são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras intermediárias.
- Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o(s) valor(es) fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



**Shape the future  
with confidence**

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do semestre corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de agosto de 2025

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC-SP034519/O

Patrícia di Paula da Silva Paz  
Contadora CRC-SP198827/O

Ativo	Nota Explicativa	Junho de 2025	Dezembro de 2024	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa	Junho de 2025	Dezembro de 2024
<b>Circulante</b>		<b>1.035.654</b>	<b>2.671.144</b>	<b>Circulante</b>		<b>1.350.204</b>	<b>3.077.946</b>
Disponível		55.880	57.272	Contas a pagar		101.408	211.809
Caixa e bancos	7	55.880	57.272	Obrigações a pagar	16	30.606	58.292
Equivalentes de caixa	7	39.883	124.932	Impostos e encargos sociais a recolher	16	44.383	134.841
Aplicações financeiras	8	156.658	185.711	Encargos trabalhistas		3.215	5.619
Créditos das operações com seguros e resseguros		518.653	1.765.156	Impostos e contribuições		21.970	11.915
Prêmios a receber	9	518.653	1.765.156	Outras contas a pagar		1.234	1.142
Outros créditos operacionais		27.603	29.363	Débitos das operações com seguros e resseguros	17	41.538	72.644
Ativos de resseguro - provisões técnicas	19	2.598	1.107	Prêmios a restituir		—	725
Títulos e créditos a receber		5.688	4.071	Operações com resseguradoras		1.354	—
Títulos e créditos a receber		47	47	Corretores de seguros e resseguros		14.854	55.782
Créditos tributários e previdenciários	10	1.831	1.824	Outros débitos operacionais		25.330	16.137
Outros créditos		3.810	2.200	Depósitos de terceiros	18	6.930	27.272
Outros valores e bens	12	69.213	71.677	Provisões técnicas - seguros	19	1.200.328	2.766.221
Bens à venda	12	36.438	39.739	Danos		1.200.029	2.765.929
Outros valores		32.775	31.938	Pessoas		299	292
Despesas antecipadas		3.725	5.825	<b>Não circulante</b>		<b>193.802</b>	<b>199.796</b>
Custos de aquisição diferidos	13	155.753	426.030	Contas a pagar		20.665	23.607
Seguros		155.753	426.030	Obrigações a pagar	16	3.206	4.820
<b>Não circulante</b>		<b>1.588.749</b>	<b>1.724.432</b>	Tributos diferidos	10.1.3	17.459	18.787
Realizável a longo prazo		1.492.607	1.618.624	Provisões técnicas - seguros	19	89.624	94.986
Aplicações financeiras	8	1.299.686	1.426.764	Danos		88.730	94.070
Títulos e créditos a receber		181.554	186.252	Pessoas		894	916
Créditos tributários e previdenciários	10	94.265	96.679	Outros débitos		83.513	81.203
Depósitos judiciais e fiscais	11	86.267	88.554	Provisões judiciais	20	83.513	81.203
Outros créditos		1.022	1.019	<b>Patrimônio líquido</b>		<b>1.080.397</b>	<b>1.117.834</b>
Outros valores e bens	12	10.574	4.813	Capital social	21 (a)	862.489	862.489
Despesas antecipadas		792	792	Reservas de reavaliação	21 (c)	178	200
Custos de aquisição diferidos	13	1	3	Reservas de lucros	21 (d)	132.614	283.831
Seguros		1	3	Ajustes de avaliação patrimonial	21 (b)	(17.631)	(28.686)
Investimentos		131	184	Lucros Acumulados		102.747	—
Participações societárias		131	184				
Imobilizado	14	51.723	52.729				
Imóveis de uso próprio		50.967	51.428				
Bens móveis		756	1.301				
Intangível	15	44.288	52.895				
Outros intangíveis		44.288	52.895				
<b>Total ativo</b>		<b>2.624.403</b>	<b>4.395.576</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>2.624.403</b>	<b>4.395.576</b>

(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota Explicativa	Junho de 2025	Junho de 2024
Prêmios emitidos	22	466.974	2.486.369
Variações das provisões técnicas de prêmios	23	1.458.489	53.496
<b>Prêmios ganhos</b>	<b>22</b>	<b>1.925.463</b>	<b>2.539.865</b>
<b>Sinistros ocorridos</b>	<b>24</b>	<b>(1.193.894)</b>	<b>(1.558.914)</b>
<b>Custos de aquisição</b>	<b>25</b>	<b>(415.720)</b>	<b>(521.043)</b>
<b>Outras receitas e despesas operacionais</b>	<b>26</b>	<b>(16.235)</b>	<b>(31.605)</b>
<b>Resultado com resseguro</b>		<b>(1.303)</b>	<b>—</b>
Despesas com resseguro		(1.303)	—
<b>Despesas administrativas</b>	<b>27</b>	<b>(164.001)</b>	<b>(232.415)</b>
<b>Despesas com tributos</b>	<b>28</b>	<b>(43.139)</b>	<b>(58.493)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>29</b>	<b>83.750</b>	<b>62.312</b>
<b>Resultado patrimonial</b>		<b>(53)</b>	<b>(44)</b>
<b>Resultado operacional</b>		<b>174.868</b>	<b>199.663</b>
<b>Ganhos ou perdas com ativos não correntes</b>		<b>—</b>	<b>33</b>
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>		<b>174.868</b>	<b>199.696</b>
<b>Imposto de renda</b>	<b>10</b>	<b>(41.860)</b>	<b>(46.746)</b>
<b>Contribuição social</b>	<b>10</b>	<b>(25.440)</b>	<b>(27.927)</b>
<b>Participações sobre o resultado</b>		<b>(4.843)</b>	<b>(11.526)</b>
<b>Resultado do período</b>		<b>102.725</b>	<b>113.497</b>
Quantidade de ações	31	2.082	2.200
Resultado por ação básico e diluído	31	49,3396	51,5896

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

	Junho de 2025	Junho de 2024
<b>Resultado do período</b>	<b>102.725</b>	<b>113.497</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>11.055</b>	<b>1.807</b>
<b>Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período:</b>		
Ajustes de títulos e valores mobiliários	16.514	3.012
Efeitos tributários	(6.606)	(1.205)
Ganhos e perdas atuariais	1.911	—
Efeitos tributários	(764)	—
<b>Total dos resultados abrangentes para o período, líquido dos efeitos tributários</b>	<b>113.780</b>	<b>115.304</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

(em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>922.331</b>	<b>242</b>	<b>356.775</b>	<b>(22.786)</b>	<b>—</b>	<b>1.256.562</b>
Dividendos intermediários - exercícios anteriores		—	—	(231.000)	—	—	(231.000)
Reserva de reavaliação:							
Realização		—	(26)	—	—	26	—
Reconhecimento pagamento em ações		—	—	1.126	—	—	1.126
Ações alienadas		—	—	(5.159)	—	—	(5.159)
Ajustes de avaliação patrimonial		—	—	—	1.807	—	1.807
Resultado do período		—	—	—	—	113.497	113.497
<b>Saldo em 30 de junho de 2024</b>		<b>922.331</b>	<b>216</b>	<b>121.742</b>	<b>(20.979)</b>	<b>113.523</b>	<b>1.136.833</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>862.489</b>	<b>200</b>	<b>283.831</b>	<b>(28.686)</b>	<b>—</b>	<b>1.117.834</b>
Dividendos intermediários - exercícios anteriores	21 (e)	—	—	(147.000)	—	—	(147.000)
Reserva de reavaliação:							
Realização	21 (c)	—	(22)	—	—	22	—
Reconhecimento pagamento em ações	21 (f)	—	—	1.780	—	—	1.780
Ações alienadas	21 (f)	—	—	(5.997)	—	—	(5.997)
Ajustes de avaliação patrimonial	21 (b)	—	—	—	11.055	—	11.055
Resultado do período		—	—	—	—	102.725	102.725
<b>Saldo em 30 de junho de 2025</b>		<b>862.489</b>	<b>178</b>	<b>132.614</b>	<b>(17.631)</b>	<b>102.747</b>	<b>1.080.397</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

(em milhares de reais)

	Junho de 2025	Junho de 2024
<b>Atividades operacionais</b>		
Resultado do período	102.725	113.497
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	8.393	8.083
Ganho por redução ao valor recuperável dos ativos	(3.943)	1.359
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	—	(33)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(1.484.630)	(62.757)
Equivalência patrimonial	53	44
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações financeiras	156.131	311.641
Créditos das operações com seguros e resseguros	1.246.936	(87.645)
Ativos de resseguro - provisões técnicas	(1.491)	(57)
Créditos tributários e previdenciários	(7)	(2.078)
Ativo fiscal diferido	2.414	(6.794)
Depósitos judiciais e fiscais	2.287	416
Despesas antecipadas	2.100	775
Custos de aquisição diferidos	270.279	(2.444)
Outros ativos	360	(29.376)
Impostos e contribuições	61.195	49.147
Outras contas a pagar	(123.398)	(60)
Débitos das operações com seguros e resseguros	(31.106)	(12.801)
Depósitos de terceiros	(20.342)	(3.764)
Pagamento provisões técnicas - seguros e resseguros	(86.625)	23.100
Provisões judiciais	2.310	5.155
Outros passivos	6.838	(2.225)
<b>Caixa líquido gerado pelas operações</b>	<b>110.479</b>	<b>303.183</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(51.140)	(53.833)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>59.339</b>	<b>249.350</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Recebimento pela venda:		
Imobilizado	—	68
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	—	(3)
Intangível	1.220	—
<b>Caixa líquido gerado nas atividades investimento</b>	<b>1.220</b>	<b>65</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Distribuição de dividendos e JCP	(147.000)	(231.000)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades financiamento</b>	<b>(147.000)</b>	<b>(231.000)</b>
<b>Aumento/ (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(86.441)</b>	<b>18.415</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	182.204	82.929
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	95.763	101.344

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Azul Companhia de Seguros Gerais ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 24 de setembro de 1924, localizada na Avenida Rio Branco, 80, 20º andar - Rio de Janeiro - RJ, e tem como objeto social a exploração de seguros de danos e pessoas, em qualquer das suas modalidades ou formas conforme definido na legislação vigente, operando por meio de sucursais em todo território nacional. A Companhia faz parte da vertical de seguros, sendo uma controlada direta da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais.

Em 30 de junho de 2025 a Companhia apresentava a seguinte composição acionária (\*):

<b>Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.</b>	<b>Participação</b>
Porto Seguro Cia de Seguros Gerais	100,0 %
<b>Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais</b>	<b>Participação</b>
Porto Seguro S.A.	99,9 %
Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.	0,1 %
<b>Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.</b>	<b>Participação</b>
Porto Seguro S.A.	99,9 %
Porto Seguros S.A.	0,1 %
<b>Porto Seguros S.A.</b>	<b>Participação</b>
Porto Seguro S.A.	99,9 %
Porto Seguro Pagamentos Ltda.	0,1 %
<b>Porto Seguro Pagamentos Ltda.</b>	<b>Participação</b>
Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.	100,0 %
<b>Porto Seguro S.A.</b>	<b>Participação</b>
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	70,8 %
Ações em circulação	29,2 %
<b>Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.</b>	<b>Participação</b>
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	41,1 %
Itauseg Participações S.A.	23,1 %
Itaú Unibanco S.A.	19,1 %
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	15,8 %
Jayme Brasil Garfinkel	0,2 %
Itaú Seguros S.A.	0,8 %
<b>Pares Empreendimentos e Participações S.A.</b>	<b>Participação</b>
Jaime Brasil Garfinkel	32,9 %
Cleusa de Campos Garfinkel	30,5 %
Bruno Campos Garfinkel	18,3 %
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3 %
<b>Rosag Empreendimentos e Participações S.A.</b>	<b>Participação</b>
Jayme Brasil Garfinkel	100,0 %
<b>Itauseg Participações S.A.</b>	<b>Participação</b>
Itaú Unibanco S.A.	62,4 %
Banco Itaúcard S.A.	26,4 %
Banco Itaú BBA S.A.	11,2 %
<b>Itaú Unibanco S.A.</b>	<b>Participação</b>
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0 %
<b>Banco Itaúcard S.A.</b>	<b>Participação</b>
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0 %
<b>Banco Itaú BBA S.A.</b>	<b>Participação</b>
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0 %
<b>Itaú Unibanco Holding S.A.</b>	<b>Participação</b>
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,7 %
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	39,3 %
Outros	9,0 %

(\*) Participações nas ações ordinárias.

## **2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

### **2.1 BASE DE PREPARAÇÃO**

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, as disposições da Lei das Sociedades Anônimas e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando referendados pela SUSEP.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras intermediárias apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

Essas demonstrações financeiras intermediárias foram autorizadas para emissão, pela Diretoria, em 12 de agosto de 2025.

### **2.2 CONTINUIDADE**

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

Embora seja apresentada uma redução no resultado, ela está relacionada à continuidade do projeto de reorganização societária do Grupo Porto, voltado à concentração de negócios similares em verticais. Como parte desse processo, a Companhia deu início, em 2025, à emissão de novas apólices de seguros de automóveis, bem como a renovação de apólices existentes da marca Azul, para sua controladora, a Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais.

O objetivo é gerar sinergias operacionais e tecnológicas, preservando, contudo, a marca Azul. Dessa forma, a Companhia conclui que isso não afetará a continuidade dos negócios.

### **2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO**

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

### **2.4 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS**

Considera-se controlada a sociedade na qual a Controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de controle das atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

A Companhia possui investimento na sociedade controlada Franco Corretagem de Seguros Ltda., avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

## **2.5 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS**

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

### **CPC 50 – CONTRATOS DE SEGUROS (IFRS 17)**

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Esta norma entrou em vigor para períodos anuais em 1º de janeiro de 2023, porém ainda não foi referendada pela SUSEP.

### **Lei 15040/2024 – LEI DO CONTRATO DE SEGUROS**

Conhecida como o Marco Legal dos Seguros, a Lei dispõe sobre normas de seguros privados, foi sancionada em 9 de dezembro de 2024 com vigência a partir de dezembro de 2025. Os possíveis impactos da Lei estão sendo avaliados pela Administração.

### **CPC 26 (IFRS 18) – APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO**

A principal alteração introduzida pela IFRS 18 é a forma como as entidades irão estruturar as suas respectivas demonstrações de resultados. A norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027. O CPC está trabalhando na tradução e adaptação da IFRS 18 para o contexto brasileiro, com o objetivo de emitir um novo pronunciamento técnico que a incorpore ao sistema contábil nacional. Espera-se que a nova norma entre em vigor substituindo o CPC 26 (R1).

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025**

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo. A Administração está acompanhando esse tema e avaliando os efeitos que serão produzidos por esta e futuras regulamentações ainda em tramitação no Congresso Nacional.

## **2.6 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE**

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data base.

Os títulos e valores mobiliários classificados como “valor justo por meio do resultado” estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento, exceto pelo montante de aplicações bloqueadas judicialmente, que são classificados no ativo não circulante.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.

As provisões atuariais, bem como a provisão de prêmios não ganhos e os custos de aquisição diferidos, são segregadas entre circulante e não circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseada na vigência dos prêmios e nos fluxos de caixa estimados no Teste de Adequação de Passivos - TAP.

Os salvados são segregados entre circulante e não circulante com base no comportamento de realização/ ativação de salvados após o pagamento de sinistro.

## **3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve alterações relevantes nas políticas contábeis no período findo em 30 de junho de 2025.

### **3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

### **3.2 ATIVOS FINANCEIROS**

#### **(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO**

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

**(b) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO**

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro” no exercício em que ocorrem.

**(c) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES**

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros, quanto para a venda. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em “Resultado financeiro”. A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta “Outros resultados abrangentes”, sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente (“impairment”).

**(d) MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO**

Utilizado quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, prêmios a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por “impairment” a cada data de balanço.

**(e) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS**

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como “Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado” e “Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes” baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de ativos financeiros no período de 30 de junho de 2025.

### **3.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS “IMPAIRMENT”**

#### **3.3.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)**

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou “impaired”. Para a análise de “impairment”, a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada considera a existência de evidência objetiva de “impairment” para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, “ratings” internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados (“write-off”) quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

#### **3.3.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA**

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

#### **3.3.3 ATIVOS NÃO FINANCEIROS**

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do “impairment” os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são

identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido “impairment” são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do “impairment”.

### **3.4 ATIVOS DE RESSEGURO**

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro.

As perdas por “impairment”, quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 3.3). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

### **3.5 BENS À VENDA - SALVADOS**

A Companhia detém bens salvados, originados dos ramos de automóveis. Alguns que não estão disponíveis para venda por questões documentais, por exemplo, são mantidos no ativo não circulante, conforme regras da SUSEP.

### **3.6 DIREITOS A SALVADOS E A RESSARCIMENTOS**

Após a liquidação de um sinistro e consequente aquisição de direitos em relação a salvados ou a ressarcimentos, a Companhia registra esse ativo de forma segregada dos salvados e ressarcimentos não estimados. Esse ativo estimado é calculado através de técnicas estatísticas e atuariais, com base no desenvolvimento histórico de liquidação de sinistros.

### **3.7 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO**

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº13. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério.

### **3.8 PROPRIEDADES IMOBILIÁRIAS DE INVESTIMENTO**

Compreendem os imóveis de propriedade da Companhia que estão sendo mantidos para valorização do capital. Esses imóveis são avaliados por meio de custo de aquisição e as depreciações registradas mensalmente no resultado do exercício.

### **3.9 IMOBILIZADO**

O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº14.

### **3.10 INTANGÍVEL**

Os gastos com aquisição e implantação de “softwares” e sistemas são reconhecidos como ativos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de “softwares” são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 15.

### **3.11 CONTRATOS DE SEGUROS - CLASSIFICAÇÃO**

A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.

Os contratos de assistência a segurados como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

### **3.12 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS**

#### **3.12.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO**

Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 – Contratos de seguro para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não é aplicado os princípios de “Shadow Accounting” (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizadas de títulos classificados como disponíveis para a venda.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais - NTAs e estão descritos resumidamente a seguir:

**(a)** A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada “pro rata” dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, e tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

**(b)** A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas, e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

**(c)** A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) – administrativa e judicial – é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Suficientemente Avisados (IBNeR), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de “run-off”, com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.

**(d)** A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais como pela aplicação de triângulos de “run-off”, com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.

**(e)** A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações.

### 3.12.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

A Companhia elabora o Teste de Adequação de Passivos em cada data de balanço, para todos os contratos de seguro vigentes, de acordo com os critérios do CPC 11 – Contratos de Seguro e da SUSEP. São estimados os valores esperados dos fluxos de caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição diferidos.

O teste considera a projeção de sinistralidade (sinistros ocorridos e a ocorrer), resseguro, despesas incrementais e de liquidação, bem como receitas de salvados e ressarcimentos, e prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis. Os fluxos são apurados através de premissas realistas, baseadas na experiência da Seguradora, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes.

Os contratos de seguro são agrupados por grupos de contratos de acordo com a política contábil da Companhia, e conforme o previsto na Circular SUSEP nº 678/2022 . Neste contexto, as modelagens e divulgações pertinentes serão realizadas visando os grupos de ramo SUSEP, devido ao volume das informações e agrupamento dos riscos similares, visando a consistência e credibilidade estatística e projeção dos fluxos.

Para os passivos judiciais, quando aplicáveis, são estimados índices de atualização monetária até a liquidação esperada das obrigações. Para os contratos de seguros vigentes, não são aplicáveis obrigações adicionais referentes à taxa de juros dos ativos. As estimativas não consideram premissas adicionais de tábuas biométricas.

Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente através da estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP, de acordo com a metodologia vigente.

Na presente data-base, a estimativa de sinistralidade bruta de resseguro apurada no TAP foi de 62,8% e a sinistralidade líquida de resseguro foi de 62,6%.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foi comparado à soma das provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, IBNR e IBNeR.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foram comparados à soma das provisões técnicas de prêmios – PPNG e PPNG-RVNE.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos riscos decorridos, que consideram os prêmios ganhos e os sinistros a ocorrer referentes às obrigações não registradas dos contratos de seguro vigentes, incluindo despesas relacionadas, são avaliados através da comparação dos valores estimados de receitas e despesas para os produtos aplicáveis.

Eventuais insuficiências apuradas no TAP são registradas imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

O resultado do TAP não apresentou insuficiência para grupos analisados e, portanto, não foram reconhecidas despesas ou provisões adicionais nesta data-base.

#### Junho de 2025

Grupo de Contratos	Automóvel	PCC Final
Prêmios e Contribuições de PPNG - Registrados	102.795	—

#### Dezembro de 2024

Grupo de Contratos	Automóvel	PCC Final
Prêmios e Contribuições de PPNG - Registrados	357.716	—

### 3.13 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale transporte, vale refeição, vale alimentação, auxílio creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina os planos administrados pela entidade PortoPrev – Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

### **3.14 PROVISÕES JUDICIAIS, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal” (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

### **3.15 RECONHECIMENTO DE RECEITAS**

#### **3.15.1 PRÊMIO DE SEGURO E RESSEGURO**

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 3.12.1(a)).

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

#### **3.15.2 RECEITA DE JUROS**

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de juros. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

### **3.16 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**

A distribuição de dividendos e Juros sobre capital próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada em seu cálculo é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

### **3.17 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota vigente de 15%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

### 3.18 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os valores são reconhecidos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisitados anualmente.

## 4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras intermediárias requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação:

- (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros;
- (ii) da realização dos tributos diferidos;
- (iii) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais;
- (iv) perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e
- (v) das provisões técnicas.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

### 4.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porém estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

### 4.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E “IMPAIRMENT” DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de “impairment” para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para “impairment”, conforme descrito na nota explicativa nº 3.3.

#### **4.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS**

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

#### **4.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS**

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

### **5. GESTÃO DE RISCOS**

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para o Grupo.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, o Grupo Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem do Grupo Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dados os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, as empresas reguladas pela SUSEP do Grupo Porto possuem o Comitê de

Risco Integrado, o qual tem como objetivo revisar e aprovar e monitorar o Apetite ao Risco, e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de riscos.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhes quanto às devidas exposições:

## 5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte, que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

- (i) **Portfólio de Investimentos:** para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco (“rating”) “B” de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Asset Management.

Em 30 de junho de 2025, 95,6% (96,2% em 31 de dezembro de 2024) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de “rating” “AAA” e “AA” de créditos privados.

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada “impaired”.

- (ii) **Inadimplência nos prêmios a receber:** é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo.
- (iii) **Cessão de resseguro:** para o gerenciamento do risco de crédito da cessão de risco de resseguro, há política específica que conta com limites de contraparte fundamentados em “ratings” de agências externas, considerando “A” como mínimo para cessão do risco, de forma a minimizar o potencial de perdas decorrentes da inadimplência dos contratos de cessão de risco.

Destaca-se que a contratação de resseguro leva em consideração as necessidades dos produtos quanto a cessão de risco, estratégia corporativa de negócios e retenção de riscos do Grupo Porto estando sempre em conformidade com as regras estabelecidas pelas autoridades reguladoras/fiscalizadoras do Brasil.

## 5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base nas projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo Porto, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia (i):

	Junho de 2025		Dezembro de 2024	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista / sem vencimento	148.978	—	236.401	—
Fluxo de 1 a 30 dias	183.594	150.274	467.603	219.652
Fluxo de 2 a 6 meses	308.974	613.283	992.902	1.259.112
Fluxo de 7 a 12 meses	131.113	200.840	277.914	569.791
Fluxo acima de 1 ano	1.318.976	115.410	1.606.299	177.367
<b>Total</b>	<b>2.091.635</b>	<b>1.079.807</b>	<b>3.581.118</b>	<b>2.225.922</b>

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguradoras.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros.

## 5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	<b>Junho de</b>	<b>Dezembro de</b>
	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Inflação (IPCA/IGPM)	63,0%	53,6%
Prefixados	32,9%	38,8%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	1,3%	4,5%
Ações	—%	0,4%
Outros	2,8%	2,7%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e “duration”, utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 30 de junho de 2025:

<b>Fator de Risco</b>	<b>Cenário (i)</b>	<b>Impacto (ii)</b>
Índices de preços	+ 50 b.p.	(88.578)
	+ 25 b.p.	(46.005)
	+ 10 b.p.	(18.836)
	- 10 b.p.	18.836
	- 25 b.p.	46.005
	- 50 b.p.	88.578
Juros pré-fixados	+ 50 b.p.	(38.839)
	+ 25 b.p.	(20.094)
	+ 10 b.p.	(8.199)
	- 10 b.p.	8.199
	- 25 b.p.	20.094
Juros pós-fixados	- 50 b.p.	38.839
	+ 50 b.p.	(171)
	+ 25 b.p.	(143)
	+ 10 b.p.	(114)
	- 10 b.p.	114
Ações	- 25 b.p.	143
	- 50 b.p.	171
	± 34%	9.269
	± 17%	4.634
	± 9%	2.317

- (i) B.P. = “basis points”. O cenário base utilizado é o cenário possível de “stress” para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.
- (ii) Bruto de efeitos tributários.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivativos utilizados como “hedge” das operações.

#### 5.4 RISCO DE SEGURO/ SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Companhia emite seguros de automóveis e danos. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

**(a) Risco de prêmio:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, senão as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens de produto.

**(b) Risco de provisão:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 3.12.2).

**(c) Risco de retenção:** gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

**(d) Risco de práticas de sinistros:** gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atuarial para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos. incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivale à taxa SELIC/ CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no período vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio por região e no segmento Automóvel baseado no prêmio emitido bruto de resseguro:

Região	Junho de 2025		Dezembro de 2024	
	Automóvel	%	Automóvel	%
Região Sudeste	440.432	88,1%	3.439.691	72,0%
Região Sul	49.240	9,8%	595.201	12,5%
Região Nordeste	9.028	1,8%	449.908	9,4%
Região Centro-Oeste	1.250	0,2%	250.242	5,2%
Região Norte	227	—%	41.419	1,0%
<b>Total Geral (*)</b>	<b>500.177</b>	<b>100%</b>	<b>4.776.461</b>	<b>100%</b>

(\*) Não incluem os valores de RVNEs no montante líquido de R\$ 33.203 (R\$ 3.306 em 31 e dezembro de 2024).

Os impactos dos testes de sensibilidade demonstrados a seguir são aqueles que ocorreriam no resultado e no patrimônio líquido da Companhia decorrente das variações nas premissas apresentadas. Como a Companhia apresenta suficiência nos fluxos do TAP (vide nota explicativa nº 3.12.2), conforme regras da SUSEP, os impactos demonstrados são após o esgotamento dessas suficiências.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(130.075)	(291.232)
Sinistros - aumento de 50,0 %	(130.192)	(270.836)

## 5.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo “Risk and Control Self Assessment” - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os “Key Risk Indicators” - KRI que tratam-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos por meio dos limites estabelecidos em comum acordo com as áreas de negócios e/ou o Comitê de Risco Integrado.

## 5.6 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos pela SUSEP (Circular SUSEP nº 666/2022), e em alinhamento aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto a Companhia, adota práticas integradas de gestão de riscos em toda a holding. Por meio de sua governança nas participações, são implementado mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação dos riscos socioambientais e climáticos, de forma conectada à gestão dos demais riscos.

Os riscos sociais, ambientais e climáticos representam a possibilidade de impactos negativos para o Grupo Porto e seus stakeholders, decorrentes de fatores como violações de direitos e garantias fundamentais, degradação ambiental — incluindo o uso excessivo de recursos naturais — e eventos climáticos severos ou alterações ambientais de longo prazo, associados às mudanças no clima e à transição para uma economia de baixo carbono.

Para lidar com esses riscos, a Companhia implementou uma estratégia corporativa que contempla a identificação, mitigação e adaptação a tais impactos, alinhada ao princípio da dupla materialidade — reconhecendo que esses riscos afetam tanto o desempenho financeiro quanto a sociedade e o meio

ambiente. A Porto se compromete a atuar de forma colaborativa com seus stakeholders, visando a proteção do bem-estar humano, do meio ambiente e do interesse público.

A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) considera a exposição de cada produto ou negócio, com o desenvolvimento de indicadores específicos para o monitoramento contínuo e captura de perdas associadas a esses riscos. Trata-se de um processo evolutivo, conduzido por meio de autoavaliações de risco, planos de ação e acompanhamento de indicadores-chave (KRIs).

## 6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do Grupo Porto, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>1.080.397</b>	<b>1.117.834</b>
<b>(+/-) Ajustes contábeis</b>	<b>(48.936)</b>	<b>(59.696)</b>
Participações societárias	(131)	(184)
Despesas antecipadas	(4.517)	(6.617)
Ativos intangíveis	(44.288)	(52.895)
<b>(+/-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos</b>	<b>(13.998)</b>	<b>(25.745)</b>
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento	(13.998)	(25.745)
<b>(+/-) Ajustes do PLA de nível 1</b>	<b>(120.100)</b>	<b>(117.517)</b>
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (-)	(69.133)	(66.089)
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (-)	(50.967)	(51.428)
<b>PLA de nível 1</b>	<b>897.363</b>	<b>914.876</b>
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios / cont. registradas	60.847	214.630
<b>PLA de nível 2</b>	<b>60.847</b>	<b>214.630</b>
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+)	69.133	66.089
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (+)	50.967	51.428
Excesso de Nível 3 (-)	(5.051)	—
<b>PLA de nível 3</b>	<b>115.049</b>	<b>117.517</b>
<b>Patrimônio líquido ajustado (PLA)</b>	<b>1.073.259</b>	<b>1.247.023</b>
<b>Capital base (I)</b>	<b>15.000</b>	<b>15.000</b>
<b>Capital de risco (II)</b>	<b>766.994</b>	<b>1.061.665</b>
Capital de risco de subscrição	708.196	998.537
Capital de risco de mercado	55.457	47.605
Capital de risco de crédito	25.238	31.476
Capital de risco operacional	29.793	33.910
Benefício da correlação entre riscos	(51.690)	(49.863)
<b>Capital mínimo requerido (maior entre I e II)</b>	<b>766.994</b>	<b>1.061.665</b>
<b>Suficiência de capital</b>	<b>306.265</b>	<b>185.358</b>

## 7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
Depósitos bancários	55.880	57.272
Equivalentes de caixa (*)	39.883	124.932
	<b>95.763</b>	<b>182.204</b>

(\*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

## 8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

### 8.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO VALOR JUSTO

## 8.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

	Junho de 2025			Dezembro de 2024		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Fundos abertos</b>						
Cotas de fundos de investimentos	10.105	—	10.105	—	—	—
Outros	219	—	219	207	—	207
	<b>10.324</b>	<b>—</b>	<b>10.324</b>	<b>207</b>	<b>—</b>	<b>207</b>
<b>Fundos exclusivos</b>						
Cotas de fundos de investimentos	42.192	—	42.192	47.727	—	47.727
LFTs	6.554	—	6.554	77.592	—	77.592
Debêntures	—	4.326	4.326	—	12.053	12.053
Letras Financeiras - privadas	—	228	228	—	1.252	1.252
Ações de companhias abertas	15	—	15	6.470	—	6.470
LTNs	—	—	—	40.508	—	40.508
Outros	—	51	51	—	109	109
	<b>48.761</b>	<b>4.605</b>	<b>53.366</b>	<b>172.297</b>	<b>13.414</b>	<b>185.711</b>
<b>Carteira própria</b>						
Debêntures	—	20.250	20.250	—	—	—
	<b>—</b>	<b>20.250</b>	<b>20.250</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>Total</b>	<b>59.085</b>	<b>24.855</b>	<b>83.940</b>	<b>172.504</b>	<b>13.414</b>	<b>185.918</b>
Circulante			63.471			185.711
Não circulante			20.469			207
<b>% das aplicações classificadas nesta categoria:</b>			<b>6%</b>			<b>12%</b>

## 8.1.2 POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (VJORA)

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
	Nível 1	Nível 1
<b>Carteira própria</b>		
NTNs - B	395.594	379.046
<b>Não circulante</b>	<b>395.594</b>	<b>379.046</b>
<b>% das aplicações classificadas nesta categoria:</b>	<b>27%</b>	<b>24%</b>

(i) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em 30 de junho de 2025 era de R\$ 446.834 (R\$ 438.155 em 31 de dezembro de 2024).

## 8.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO (\*)

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
<b>Fundos exclusivos (*)</b>		
NTNs - B	507.449	524.642
LTNs	469.361	522.869
<b>Total</b>	<b>976.810</b>	<b>1.047.511</b>
Circulante	93.187	—
Não circulante	883.623	1.047.511
<b>% das aplicações classificadas nesta categoria:</b>	<b>67%</b>	<b>65%</b>

(i) O valor de mercado dos papéis em 30 de junho de 2025 era de R\$ 953.480 (R\$ 1.004.602 em 31 de dezembro de 2024).

## 8.3 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (\*)

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>1.737.407</b>	<b>2.058.769</b>
Aplicações	382.467	1.953.486
Resgates	(738.363)	(2.404.091)
Rendimentos	98.202	138.526
Ajuste a valor de mercado	16.514	(9.283)
<b>Saldo final</b>	<b>1.496.227</b>	<b>1.737.407</b>

(\*) A movimentação das aplicações financeiras inclui as aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado e por meio de outros resultados abrangentes, as aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

## 8.4 ÍNDICE DE LIQUIDEZ DE CONTA CORRENTE

Apesar da Companhia possuir saldo de aplicações financeiras classificado no longo prazo, de acordo com vencimento final dos títulos, o Índice de Liquidez Corrente da Companhia leva em consideração esses títulos devidos sua liquidez imediata, conforme características do fundo, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais, sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em caso de resgate ou liquidação antecipada.

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
Ativo circulante (*)	2.335.121	4.097.701
Passivo circulante	1.350.204	3.077.946
<b>Índice de liquidez corrente</b>	<b>1,73</b>	<b>1,33</b>

(\*) Total de ativo circulante, somado a aplicações financeiras (fundo exclusivo) para cobertura de reserva técnica alocados em longo prazo que a Companhia entende haver liquidez imediata.

## 8.5 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras, apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.)	
	Junho de 2025	Dezembro de 2024
Equivalentes de caixa (*)	14,88	12,13
<b>Fundos exclusivos</b>		
LTNs	14,14	14,07
NTNs - B - IPCA	6,00	5,73
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)	0,10	0,08
<b>Carteira própria</b>		
NTNs - B - IPCA	3,37	3,37
Debêntures	6,22	—

(\*) Vide nota explicativa nº 7.

## 9. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS

### 9.1 PRÊMIOS A RECEBER

	Junho de 2025			Dezembro de 2024		
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber- líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber- líquido
Automóveis	335.225	(1.195)	334.030	1.124.303	(1.478)	1.122.825
Resp. Civil facultativa - RCF	117.367	(261)	117.106	418.549	(374)	418.175
Assistência e outras coberturas - Auto	67.519	(2)	67.517	224.196	(40)	224.156
	<b>520.111</b>	<b>(1.458)</b>	<b>518.653</b>	<b>1.767.048</b>	<b>(1.892)</b>	<b>1.765.156</b>

### 9.1.1 COMPOSIÇÃO QUANTO AOS VENCIMENTOS

	Junho de 2025			Dezembro de 2024		
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber- líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber- líquido
A vencer	443.367	(164)	443.203	1.587.580	(76)	1.587.504
Vencidos até 30 dias	62.934	(59)	62.875	153.528	(257)	153.271
Vencidos 31 a 60 dias	11.618	(59)	11.559	23.358	(434)	22.924
Vencidos 61 a 90 dias	821	(58)	763	1.192	(74)	1.118
Vencidos 91 a 120 dias	157	(33)	124	214	(28)	186
Vencidos 121 a 180 dias	98	(45)	53	88	(29)	59
Vencidos 181 a 365 dias	92	(76)	16	113	(87)	26
Vencidos acima de 365 dias	1.024	(964)	60	975	(907)	68
	<b>520.111</b>	<b>(1.458)</b>	<b>518.653</b>	<b>1.767.048</b>	<b>(1.892)</b>	<b>1.765.156</b>

### 9.1.2 MOVIMENTAÇÃO

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>1.765.156</b>	<b>1.820.690</b>
(+) Prêmios emitidos	568.582	5.093.828
(+) IOF	35.434	354.949
(+) Adicional de fracionamento	3.529	23.283
(-) Prêmios cancelados	(94.517)	(296.652)
(-) Recebimentos	(1.759.965)	(5.230.967)
(Constituição)/reversão de provisão para perda	434	25
<b>Saldo final</b>	<b>518.653</b>	<b>1.765.156</b>

### 9.1.3 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>(1.892)</b>	<b>(1.919)</b>
(+) Provisões constituídas	(10.370)	(19.101)
(-) Reversão	10.804	19.128
<b>Saldo final</b>	<b>(1.458)</b>	<b>(1.892)</b>

### 9.1.4 PRAZO MÉDIO DE PARCELAMENTO

Produto	Quantidade de parcelas	Junho de 2025	Dezembro de 2024
	1 a 5	37%	31%
Automóvel	6 a 11	41%	48%
	12	21%	22%

## 10. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
IRPJ e CSLL diferidos - diferenças temporárias (i)	94.265	96.679
CSLL	1.198	1.190
IRPJ	633	634
	<b>96.096</b>	<b>98.503</b>
Circulante	1.831	1.824
Não circulante	94.265	96.679

(i) Vide nota explicativa nº 10.1.1.

## 10.1 TRIBUTOS DIFERIDOS

### 10.1.1 ATIVO

	Dezembro de 2024	Constituição	Reversão/ Realização	Junho de 2025
<b>Diferenças temporárias decorrentes de:</b>				
Provisão sobre ajustes em instrumentos financeiros	37.893	7.084	(4.833)	40.144
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	24.281	5.397	(11.194)	18.484
Provisão para obrigações legais	7.230	799	(323)	7.706
Provisão de participação de lucros	1.733	1.902	—	3.635
Provisão sobre processos judiciais - cíveis e trabalhistas	2.600	3.789	(3.340)	3.049
Provisão para riscos de créditos	579	115	(549)	145
Outras provisões	22.363	3.479	(4.740)	21.102
	<b>96.679</b>	<b>22.565</b>	<b>(24.979)</b>	<b>94.265</b>

### 10.1.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	2025	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
Saldo a ser realizado em	14.385	46.006	8.812	11.490	110	13.462	<b>94.265</b>

A expectativa de realização está levando em consideração o evento informado na nota explicativa nº 2.2.

### 10.1.3 PASSIVO

	Dezembro de 2024	Constituição	Reversão/ Realização	Junho de 2025
IR e CS sobre PIS e COFINS diferidos	11.290	1.008	(3.327)	8.971
IR e CS sobre ajustes de instrumentos	6.594	1.971	(1.760)	6.805
IR e CS sobre reavaliação de imóveis	903	—	—	903
Outros	—	780	—	780
	<b>18.787</b>	<b>3.759</b>	<b>(5.087)</b>	<b>17.459</b>

## 10.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	<b>Junho de 2025</b>	<b>Junho de 2024</b>
Resultado após participações nos resultados, antes do IRPJ e da CSLL (A)	170.025	188.170
Alíquota vigente	40 %	40 %
<b>IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B)</b>	<b>(68.010)</b>	<b>(75.268)</b>
Doações/ incentivos	809	1.341
Depósitos judiciais	543	560
Equivalência patrimonial	(21)	—
Participação nos lucros - administradores	(368)	(1.118)
Outros	(253)	(188)
<b>Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)</b>	<b>710</b>	<b>595</b>
<b>Total de IRPJ e CSLL (D = B + C)</b>	<b>(67.300)</b>	<b>(74.673)</b>
<b>Taxa efetiva (D/-A)</b>	<b>39,6 %</b>	<b>39,7 %</b>

## 11. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	<b>Junho de 2025</b>	<b>Dezembro de 2024</b>
COFINS (i)	35.828	35.232
PIS (i)	14.876	14.605
Processos judiciais com adesão ao REFIS (i)	11.869	16.365
IRPJ	7.860	7.637
ICMS	7.672	7.534
Outros	5.328	4.383
INSS - autônomos (i)	2.834	2.798
	<b>86.267</b>	<b>88.554</b>

(i) Vide nota explicativa nº 20.1(a)

## 12. OUTROS VALORES E BENS

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
Bens à venda - salvados (i)	47.012	44.552
Direito a salvados - estimado (ii)	32.775	31.938
	<b>79.787</b>	<b>76.490</b>
Circulante	69.213	71.677
Não circulante	10.574	4.813

(i) Vide nota explicativa nº 12.1.

(ii) Vide nota explicativa nº 12.2.

### 12.1 BENS À VENDA – SALVADOS

Os salvados da Companhia são originados dos ramos de automóveis e possuem os seguintes prazos de permanência em estoque:

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
Até 30 dias	7.416	11.502
De 31 a 60 dias	17.393	19.537
De 61 a 120 dias	14.326	13.456
De 121 a 365 dias	11.753	6.062
Acima de 365 dias	8.417	9.798
	<b>59.305</b>	<b>60.355</b>
Redução ao valor recuperável (*)	(12.293)	(15.803)
	<b>47.012</b>	<b>44.552</b>
Circulante	36.438	39.739
Não circulante	10.574	4.813

(\*) Decorrente, principalmente, de indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação.

### 12.2 DIREITO A SALVADOS – ESTIMADOS

A tabela a seguir apresenta a estimativa de realização e as realizações efetivas dos ativos de direito a salvados originados dos ramos de automóveis:

	Junho de 2025		Dezembro de 2024	
	Expectativa de realização	Efetivas realizações	Expectativa de realização	Efetivas realizações
1º mês	9.542	8,7 %	9.206	8,3 %
2º mês	4.771	53,4 %	4.638	54,7 %
3º mês	2.437	29,2 %	2.515	24,8 %
4º mês	1.783	7,2 %	1.821	6,2 %
5º mês	1.453	1,6 %	1.457	3,0 %
6º mês	1.249	— %	1.270	1,4 %
7º mês	1.125	— %	1.112	0,8 %
8º mês	1.004	— %	987	0,4 %
9º mês	906	— %	891	0,3 %
10º mês	833	— %	830	0,1 %
11º mês	762	0,0 %	765	— %
12º mês	718	0,0 %	682	— %
13º ao 18º mês	3.216	0,0 %	2.952	— %
19º ao 24º mês	1.879	0,0 %	1.637	— %
25º ao 30º mês	904	0,0 %	939	— %
31º ao 36º mês	193	0,0 %	236	— %
	<b>32.775</b>	<b>100,0 %</b>	<b>31.938</b>	<b>100,0 %</b>

### 12.2.1 MOVIMENTAÇÃO

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>31.938</b>	<b>28.090</b>
(+) Constituições	32.896	5.197
(-) Reversões	(32.059)	(1.349)
<b>Saldo final</b>	<b>32.775</b>	<b>31.938</b>

### 13. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

Os saldos em 30 de junho de 2025 referem-se integralmente ao ramo automóvel.

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses, sendo o mesmo prazo de 31 de dezembro de 2024.

### 13.1 MOVIMENTAÇÃO

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>426.033</b>	<b>451.470</b>
(+) Constituição	108.712	922.582
(-) Apropriação para despesa	(378.991)	(948.019)
<b>Saldo final</b>	<b>155.754</b>	<b>426.033</b>

## 14. IMOBILIZADO

	Taxas de depreciação (% a.a.)	Junho de 2025			Dezembro de 2024		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Edificações (*)	2,1 a 3,33	45.269	(11.866)	<b>33.403</b>	45.269	(11.405)	<b>33.864</b>
Terrenos	—	17.564	—	<b>17.564</b>	17.564	—	<b>17.564</b>
Informática	25,0	13.080	(12.633)	<b>447</b>	13.081	(12.196)	<b>885</b>
Móveis, máquinas e utensílios	10,0	2.272	(1.991)	<b>281</b>	2.272	(1.897)	<b>375</b>
Equipamentos	10,0	366	(338)	<b>28</b>	366	(325)	<b>41</b>
		<b>78.551</b>	<b>(26.828)</b>	<b>51.723</b>	<b>78.552</b>	<b>(25.823)</b>	<b>52.729</b>

(\*) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.

### 14.1 MOVIMENTAÇÃO IMOBILIZADO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	Movimentações		Saldo líquido em 30 de junho de 2025
		Despesas de depreciação		
Edificações	<b>33.864</b>	(461)		<b>33.403</b>
Terrenos	<b>17.564</b>	—		<b>17.564</b>
Informática	<b>885</b>	(438)		<b>447</b>
Móveis, máquinas e utensílios	<b>375</b>	(94)		<b>281</b>
Equipamentos	<b>41</b>	(13)		<b>28</b>
	<b>52.729</b>	<b>(1.006)</b>		<b>51.723</b>

## 15. INTANGÍVEL

	Taxas de amortização (% a.a.)	Junho de 2025			Dezembro de 2024		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
"Software"	6,67 a 25,0	94.769	(50.861)	<b>43.908</b>	95.989	(43.474)	<b>52.515</b>
Outros Intangíveis		380	—	<b>380</b>	380	—	<b>380</b>
		<b>95.149</b>	<b>(50.861)</b>	<b>44.288</b>	<b>96.369</b>	<b>(43.474)</b>	<b>52.895</b>

## 15.1 MOVIMENTAÇÃO INTANGÍVEL

	Saldo líquido em em 31 de dezembro de 2024	Movimentações		Saldo líquido em 30 de junho de 2025
		Baixas/ vendas	Despesa de amortização	
"Software"	52.515	(1.220)	(7.387)	43.908
Outros Intangíveis	380	—	—	380
	<b>52.895</b>	<b>(1.220)</b>	<b>(7.387)</b>	<b>44.288</b>

## 16. CONTAS A PAGAR

### 16.1 OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
Transações com partes relacionadas (i)	20.171	39.559
Participação nos lucros a pagar	9.330	17.481
Provisão de benefícios a empregados	3.206	4.820
Outras obrigações	1.105	1.252
	<b>33.812</b>	<b>63.112</b>
Circulante	30.606	58.292
Não circulante	3.206	4.820

(i) Vide nota explicativa nº 30.

### 16.2 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
IOF	35.434	119.058
ISS retidos	3.865	4.760
INSS e FGTS	1.964	3.519
IRRF	300	1.665
Outros	2.820	5.839
	<b>44.383</b>	<b>134.841</b>

## 17. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

Referem-se a comissões a pagar aos corretores por ocasião da cobrança de títulos e as recuperações relativas aos prêmios restituídos.

Em conformidade com o Ofício Circular Eletrônico nº 1/2025/COMOC/CGMOP/DISUP/SUSEP, a partir de fevereiro de 2025, os saldos anteriormente registrados como “Prêmios a Restituir” passaram a ser classificados como parte integrante da “Provisão de Valores a Regularizar (PVR)”, conforme previsto no artigo 16 da Circular SUSEP nº 678/2022.

## 18. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Refere-se, principalmente, a valores recebidos de segurados para quitação de apólices em processo de emissão e de recebimentos de prêmios de seguros fracionados em processamento.

			Junho de 2025
	Vencidos de 1 a 30 dias	Vencidos de 31 a 180 dias	Total
Cobrança antecipada de prêmios	22	6	28
Prêmios e emolumentos recebidos	6.902	—	6.902
<b>Total</b>	<b>6.924</b>	<b>6</b>	<b>6.930</b>

  

			Dezembro de 2024
	Vencidos 1 a 30 dias	Vencidos de 31 a 180 dias	Total
Cobrança antecipada de prêmios	90	5	95
Prêmios e emolumentos recebidos	27.177	—	27.177
<b>Total</b>	<b>27.267</b>	<b>5</b>	<b>27.272</b>

## 19. PROVISÕES TÉCNICAS – SEGUROS

	Junho de 2025		Dezembro de 2024	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	814.132	814.132	2.272.621	2.272.621
Sinistros e benefícios a liquidar	417.334	414.736	520.424	519.317
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	40.963	40.963	49.336	49.336
Demais provisões	17.523	17.523	18.826	18.826
	<b>1.289.952</b>	<b>1.287.354</b>	<b>2.861.207</b>	<b>2.860.100</b>
Circulante	1.200.328		2.766.221	
Não circulante	89.624		94.986	

### 19.1 MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO DE CONTRATOS DE SEGURO E ATIVO DE RESSEGURO

	Passivos de contratos de seguros	Ativos de contratos de resseguros
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>3.136.723</b>	<b>1.073</b>
Constituições decorrentes de prêmios	4.773.155	—
Diferimento pelo risco decorrido	(5.054.975)	—
Aviso de sinistros	3.249.320	(1.162)
Pagamento de sinistros/benefícios	(3.258.597)	121
Atualização monetária e juros	15.581	1.075
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>2.861.207</b>	<b>1.107</b>
Constituições decorrentes de prêmios	466.974	—
Diferimento pelo risco decorrido	(1.925.463)	1.385
Aviso de sinistros	1.298.711	(1)
Pagamento de sinistros/benefícios	(1.421.613)	—
Atualização monetária e juros	10.136	107
<b>Saldo em 30 de junho de 2025</b>	<b>1.289.952</b>	<b>2.598</b>

### 19.2 GARANTIAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
<b>Total das provisões técnicas (A)</b>	<b>1.289.952</b>	<b>2.861.207</b>
Direitos creditórios (*)	399.811	1.446.873
Custos de aquisição diferidos pagos	141.660	374.293
Operações com resseguradoras	1.214	1.107
<b>Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)</b>	<b>542.685</b>	<b>1.822.273</b>
<b>Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)</b>	<b>747.267</b>	<b>1.038.934</b>
Quotas de fundos de investimento	987.997	1.174.290
Títulos de renda fixa - públicos	395.594	379.046
<b>Total de ativos oferecidos em garantia (E)</b>	<b>1.383.591</b>	<b>1.553.336</b>
<b>Excedente (E - C)</b>	<b>636.324</b>	<b>514.402</b>

(\*) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.

### 19.3 COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS (i)

As tabelas a seguir apresentam o comportamento dos sinistros da Companhia (em R\$ milhões), denominadas tábuas de desenvolvimento de sinistros, e demonstram os movimentos a partir dos avisos até os pagamentos, as contas de estimativa de salvados e ressarcimento (R\$ 30 milhões), contabilizados no mesmo grupo não são considerados nos valores apresentados:



	Junho										
Judicial - pagos	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
<b>Montante de sinistros pagos até a data-base</b>	3	3	4	3	3	4	6	6	5	1	
Dois anos mais tarde	218	10	9	10	8	11	14	15	9	—	
Três anos mais tarde	227	14	12	13	12	15	18	17	—	—	
Quatro anos mais tarde	232	18	14	16	14	19	20	—	—	—	
Cinco anos mais tarde	234	20	16	18	17	20	—	—	—	—	
Seis anos mais tarde	236	21	17	19	17	—	—	—	—	—	
Sete anos mais tarde	237	22	17	19	—	—	—	—	—	—	
Oito anos mais tarde	239	23	17	—	—	—	—	—	—	—	
Nove anos mais tarde	240	23	—	—	—	—	—	—	—	—	
Dez anos mais tarde	23	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
<b>Pagamentos</b>	<b>23</b>	<b>23</b>	<b>17</b>	<b>19</b>	<b>17</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>17</b>	<b>9</b>	<b>1</b>	<b>Total</b>
<b>Passivo em 30 de junho de 2025</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>8</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>18</b>	<b>21</b>	<b>27</b>	<b>30</b>	<b>166</b>
											<b>PSL anos anteriores</b>
											<b>11</b>
											<b>Provisão de sinistros</b>
											<b>154</b>

(i) Valores de resseguro não impactam na apresentação desta nota.

## 19.4 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR – JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Junho de 2025		Dezembro de 2024	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
<b>Saldo inicial</b>	<b>111.276</b>	<b>110.169</b>	<b>104.243</b>	<b>103.170</b>
Pagamentos no período	(14.837)	(14.837)	(33.575)	(36.078)
Novas constituições no período	23	23	1.100	1.100
Baixas da provisão por êxito	(94)	(94)	(6.976)	(6.976)
Alteração da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	10.582	10.689	31.091	33.560
Alteração da provisão por reestimativa, atualização monetária e juros (*)	10.494	10.387	15.393	15.393
<b>Saldo final</b>	<b>117.444</b>	<b>116.337</b>	<b>111.276</b>	<b>110.169</b>
Quantidade de processos	4.005		3.683	

(\*) De acordo com a taxa de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo.

## 20. PROVISÕES JUDICIAIS

### 20.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	<b>Junho de</b>	<b>Dezembro de</b>
	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Fiscais (a)	74.583	73.397
Cíveis	8.250	7.352
Trabalhistas	680	454
	<b>83.513</b>	<b>81.203</b>

#### (a) FISCAIS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	<b>Junho de</b>	<b>Dezembro de</b>
	<b>2025</b>	<b>2024</b>
COFINS (i)	48.286	47.479
REFIS (iii)	13.045	12.909
INSS - autônomos (iv)	2.834	2.799
PIS (ii)	2.737	2.668
Outras	7.681	7.542
	<b>74.583</b>	<b>73.397</b>

#### (i) COFINS

Com o advento da Lei nº 9.718/98, as companhias de seguro e de previdência complementar, entre outras, ficaram sujeitas ao recolhimento da COFINS incidentes sobre suas receitas. A Companhia questiona judicialmente essa tributação, bem como a base de cálculo fixada pela Lei nº 9.718/98 que conceituou faturamento como equivalente a receita bruta. Na ação da Companhia, aguarda-se a afetação da decisão proferida no Recurso Extraordinário - RE 400.479.

#### (ii) PIS

A Companhia discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, com base na Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta. Na ação da Companhia, aguarda-se a afetação da decisão proferida no Recurso Extraordinário - RE 400.479.

#### (iii) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal (REFIS) nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a conversão em renda e/ou levantamento dos valores envolvidos e o respectivo trânsito em julgado dos processos.

#### (iv) INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) AUTÔNOMOS

Na ação que discute a LC 84/96 e na ação que discute a Lei 9.876/99, movidas pela Companhia, houve adesão ao programa de parcelamento de débito da Lei nº 11.941/09, relativo à discussão da incidência sobre a comissão dos corretores, prosseguindo somente com a discussão em relação ao

adicional de 2,5%, que atualmente aguarda a afetação da decisão proferida no Recurso Extraordinário - RE 599.309.

### 20.1.1 MOVIMENTAÇÃO PROVÁVEIS

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>73.397</b>	<b>454</b>	<b>7.352</b>	<b>81.203</b>
Atualização monetária	1.369	30	626	2.025
Êxito/reversões	(183)	(4)	925	738
Constituições	—	200	1.316	1.516
Pagamentos	—	—	(1.969)	(1.969)
<b>Saldo em 30 de junho de 2025</b>	<b>74.583</b>	<b>680</b>	<b>8.250</b>	<b>83.513</b>
Quantidade de processos	17	3	146	166

### 20.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
Fiscais (a)	192.855	177.140
Cíveis	12.794	11.191
Trabalhistas	8	2
	<b>205.657</b>	<b>188.333</b>

#### (a) CONTINGÊNCIAS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O risco total estimado dessas ações refere-se principalmente à: (i) Discussão junto à Receita Federal do Brasil quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS/COFINS R\$ 132.802 (R\$ 95.488 de possível impacto); (ii) INSS sobre participação nos lucros e resultados e tem seu risco total estimado R\$ 30.138 (R\$ 19.466 de possível impacto no lucro líquido).

### 21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### (a) CAPITAL SOCIAL

Em 30 de junho de 2025, o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 862.489 divididos em 2.082 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R\$ 862.489 em 31 de dezembro de 2024 divididos em 2.082 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal).

#### (b) AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se, principalmente, a variação do valor justo dos ativos financeiros avaliados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquidos dos efeitos tributários (vide nota explicativa nº 8.1.2).

**(c) RESERVAS DE REAVALIAÇÃO**

Constituída em exercícios anteriores em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado com base em laudos de avaliação, emitidos por peritos especializados.

A realização dessa reserva, proporcional à depreciação dos bens reavaliados, foi transferida para lucros acumulados no período no montante de R\$ 22 em 30 de junho de 2025 (R\$ 42 em 31 de dezembro de 2024). Esse valor será considerado para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios.

A Administração decidiu pela manutenção dos saldos existentes da reserva de reavaliação até a efetiva realização, conforme previsto na Lei nº 11.638/07.

**(d) RESERVAS DE LUCROS****(i) RESERVA LEGAL**

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 30 de junho de 2025 seu saldo era de R\$ 129.740 (R\$ 129.740 em 31 de dezembro de 2024).

**(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS**

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 30 de junho de 2025 seu saldo era de R\$ 324 (R\$ 147.324 em 31 de dezembro de 2024).

**(e) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de juros sobre capital próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Em 2025, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos à conta de reservas de lucros no montante de R\$ 147.000 em 27 de fevereiro de 2025. Os dividendos foram pagos na mesma data de aprovação.

#### **(f) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES**

A Porto Seguro S.A. possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, dentre as quais se inclui a Companhia, como parte de sua remuneração. Este Plano substituiu o "Plano de Remuneração em Ações" aprovado em assembleia geral realizada em 29 de março de 2018 ("Plano 2018"). Os direitos já outorgados permanecerão em vigor e sujeitos às regras previstas no referido plano.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas, da Companhia e de suas eventuais investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Porto e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento do grupo Porto.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referente ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários, em que a totalidade das ações entregues a cada ciclo está sujeita a períodos de restrição de 3 (três) anos contados da transferência das ações; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo, aplicável por 3 (três) ciclos, com início em 2022 e término previsto para 2024, sendo a totalidade das ações entregues aos beneficiários a cada ciclo está sujeita a períodos de restrição de 3 (três) anos contados da transferência das ações; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto, aplicável por 3 (três) ciclos, com início em 2023 e término previsto para 2025, sendo que 50% das ações transferidas a cada ciclo está sujeita a um período de restrição de 2 (dois) anos contados da transferência das ações; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto, aplicável por 4 (quatro) ciclos, com início em 2022 e término previsto para 2025, a totalidade das ações transferidas aos beneficiários está sujeita a um período de restrição de 6 (seis) meses.

Os programas Remuneração Anual em Ações, Bonificação Adicional e Mega Grant têm como beneficiários os diretores estatutários da Porto e/ou de suas coligadas ou controladas, direta ou indiretamente, dentre as quais se inclui a Companhia. O programa Porto em Ação tem como beneficiários os empregados da Porto e de suas controladas, diretas ou indiretas, dentre as quais se inclui a Companhia.

A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Porto Seguro S.A. mantidas em tesouraria. Conforme alteração do Plano, aprovada pela assembleia geral realizada em 28 de março de 2024, o cálculo do preço das ações deverá considerar a

média do preço de cotação de fechamento das ações da Porto Seguro S.A., ponderado pelo volume diário de negociação, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

A movimentação dos programas de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>6.766</b>	<b>9.381</b>
Diferimento do período	1.780	3.493
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(5.997)	(6.108)
<b>Saldo final</b>	<b>2.549</b>	<b>6.766</b>
<b>Valor de mercado médio ponderado (R\$)</b>	<b>29,51</b>	<b>27,04</b>

	Quantidade	
	Junho de 2025	Dezembro de 2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>177</b>	<b>363</b>
Diferimento do período	32	97
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(145)	(283)
<b>Saldo final</b>	<b>64</b>	<b>177</b>

## 22. PRÊMIOS, SINISTRALIDADE E COMISSIONAMENTO

	Junho de 2025			
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Automóveis	309.376	1.241.596	50,7%	22,7%
Resp. civil facultativa	97.016	451.426	61,1%	19,5%
Assistência e outras coberturas auto	60.582	232.441	124,0%	19,9%
	<b>466.974</b>	<b>1.925.463</b>	<b>62,0%</b>	<b>21,6%</b>

	Junho de 2024			
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Automóveis	1.597.432	1.683.918	51,8%	21,5%
Resp. civil facultativa	596.132	567.357	59,7%	18,4%
Assistência e outras coberturas auto	292.805	288.590	120,6%	19,0%
	<b>2.486.369</b>	<b>2.539.865</b>	<b>61,4%</b>	<b>20,5%</b>

### 23. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

	<u>Junho de 2025</u>	<u>Junho de 2024</u>
Provisão de prêmios não ganhos	1.425.745	53.679
Provisão de riscos não expirados	32.744	(183)
	<u><b>1.458.489</b></u>	<u><b>53.496</b></u>

### 24. SINISTROS OCORRIDOS

	<u>Junho de 2025</u>	<u>Junho de 2024</u>
Sinistros avisados - ADM	(1.079.446)	(1.491.472)
Porto Socorro	(296.710)	(295.364)
Sinistros avisados - JUD	(11.433)	(15.498)
Salvados	194.849	256.513
Ressarcimentos	29.041	23.366
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	14.505	6.049
Outras despesas com sinistros (*)	(44.700)	(42.508)
	<u><b>(1.193.894)</b></u>	<u><b>(1.558.914)</b></u>

(\*) Inclui despesas com regulação de sinistro (despachante, vistoria, serviços de terceiros, etc).

### 25. CUSTOS DE AQUISIÇÃO (\*)

	<u>Junho de 2025</u>	<u>Junho de 2024</u>
Variação das despesas de comercialização diferidas	(270.279)	2.445
Comissões sobre prêmios retidos	(103.047)	(470.067)
Outras despesas de comercialização (i)	(42.394)	(53.421)
	<u><b>(415.720)</b></u>	<u><b>(521.043)</b></u>

(\*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (vide nota explicativa nº 13.1 e as despesas de comercialização não diferidas.

(i) Referem-se, principalmente, a despesas com agenciamento e pró-labore, incluindo comissões pagas a corretores e intermediários na comercialização de apólices de seguros.

## 26. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	<b>Junho de 2025</b>	<b>Junho de 2024</b>
Receitas com operações de seguros	1.604	2.709
<b>Total de outras receitas</b>	<b>1.604</b>	<b>2.709</b>
Despesas com cobrança	(14.605)	(19.647)
Despesas com sistema de riscos	(4.508)	(6.571)
Despesas com encargos sociais	(1.656)	(4.085)
Provisão de desvalorização de salvados	3.510	(1.725)
Outras	(580)	(2.286)
<b>Total de outras despesas</b>	<b>(17.839)</b>	<b>(34.314)</b>
<b>Outras receitas e despesas operacionais</b>	<b>(16.235)</b>	<b>(31.605)</b>

## 27. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<b>Junho de 2025</b>	<b>Junho de 2024</b>
Pessoal e benefícios pós-emprego	(25.441)	(40.012)
Localização e funcionamento	(16.130)	(16.427)
Serviços de terceiros	(12.995)	(20.151)
Donativos e contribuições	(292)	(369)
Publicidade	—	(188)
Despesas administrativas diversas	(109.143)	(155.268)
	<b>(164.001)</b>	<b>(232.415)</b>

Contempla rateio e repasses de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do Grupo Porto, principalmente o agrupamento de despesas administrativas diversas. O detalhamento está demonstrado na nota 31.

## 28. DESPESAS COM TRIBUTOS

	<b>Junho de 2025</b>	<b>Junho de 2024</b>
COFINS	(34.323)	(47.666)
PIS	(5.578)	(7.746)
Outras	(3.238)	(3.081)
	<b>(43.139)</b>	<b>(58.493)</b>

## 29. RESULTADO FINANCEIRO

	Junho de 2025	Junho de 2024
Valorização e juros de instrumentos financeiro ao valor justo por meio do resultado	77.784	49.056
Juros de instrumentos financeiros - demais categorias	20.418	35.364
Operações de seguros	3.529	14.237
Outras	3.663	1.167
<b>Total de receitas financeiras</b>	<b>105.394</b>	<b>99.824</b>
Operações de seguros	(10.664)	(10.600)
Variações monetárias das contingências cíveis e trabalhistas	(2.584)	(37)
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo	(1.156)	(1.120)
Desvalorização de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	—	(11.103)
Desvalorização de instrumentos financeiros - demais categorias	—	(5.513)
Outras	(7.240)	(9.139)
<b>Total de despesas financeiras</b>	<b>(21.644)</b>	<b>(37.512)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>83.750</b>	<b>62.312</b>

## 30. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

- (i) Repasse de despesas e serviços compartilhados, conforme grade de rateio e/ou utilização de estrutura física e headcount entre elas;
- (ii) Serviços de “Call center” contratados da Porto Atendimento;
- (iii) Serviços de seguro saúde contratados da Porto Saúde;
- (iv) Reembolso de despesas com manutenção de imóveis e indenização por vacância no contrato de venda de imóveis com a Porto S.A.;
- (v) Serviços de administração e gestão de carteiras pela Porto Asset Management e Porto Gestora;
- (vi) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg; e
- (vii) Serviços de assistência automotiva e residencial com a CDF.

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	<b>Passivo</b>	
	<b>Junho de</b>	<b>Dezembro de</b>
	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Porto Cia	20.171	38.833
Porto Seguro S.A.	—	725
Itaú Auto e Residência	—	1
	<b>20.171</b>	<b>39.559</b>
	<b>Despesas</b>	
	<b>Junho de</b>	<b>Junho de</b>
	<b>2025</b>	<b>2024</b>
CDF S.A	(217.494)	—
Porto Cia	(127.230)	(175.002)
Portoseg	(5.380)	(4.887)
Porto S.A.	(4.320)	(6.465)
Porto Atendimento	(3.504)	(4.489)
Porto Saúde	(3.260)	(1.801)
Porto Seguro Gestora de Recursos	(986)	—
Itaú Auto e Residência	(3)	(4)
CDF Ltda (i)	—	(167.098)
Porto Assistência (i)	—	(37.052)
Porto Asset Management	—	(487)
	<b>(362.177)</b>	<b>(397.285)</b>

(i) A Porto Assistência e a CDF Ltda. foram incorporadas pela CDF S.A. em fevereiro e agosto de 2024 respectivamente.

### 30.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da administração, referem-se aos valores reconhecidos no resultado do exercício, conforme demonstrado a seguir:

	<b>Junho de</b>	<b>Junho de</b>
	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Participação nos lucros – administradores	(525)	(4.050)
Honorários de diretoria e encargos	(320)	(838)
	<b>(845)</b>	<b>(4.888)</b>

## 31. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o período.

A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41– Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do período. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o período é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

	<u>Junho de 2025</u>	<u>Junho de 2024</u>
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	102.725	113.497
Média ponderada do número de ações durante o período	2.082	2.200
Resultado por ação básico e diluído	49,3396	51,5895

## 32. OUTRAS INFORMAÇÕES

### COMITÊ DE AUDITORIA

Com base nos trabalhos desenvolvidos, o Comitê de Auditoria recomendou aos respectivos órgãos sociais, por unanimidade, a autorização para emissão e/ou aprovação destas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2025 em conjunto com as informações trimestrais da Porto Seguro S.A.. A atuação do Comitê de Auditoria abrange todas as reguladas SUSEP do Grupo Porto, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o Grupo Porto. Não foram identificados assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 12 de agosto de 2025 até a data da publicação dessas demonstrações financeiras intermediárias.

\* \* \*